

I - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

I - INTRODUÇÃO

O atraso sistemático na elaboração de relatórios de actividades e das correspondentes contas vem dando origem a que, ou os relatórios de actividades sejam apresentados por Direcções que já não estão em funções, ou que sejam apresentadas contas não acompanhadas por relatórios de actividades como sucedeu em relação ao ano de 1999, tendo aliás as próprias contas desse ano sido aprovadas com reservas.

A Direcção que esteve em funções em 2000 não apresentou tempestivamente nem relatório de actividades nem contas, cabendo portanto à Direcção eleita em 6 de Junho de 2001 fazê-lo. A acção sindical realizada em 2000 e descrita em linhas gerais no presente relatório incorpora tanto contributos da Direcção como do Conselho Nacional de então, e uma grande parte dos membros da actual Direcção pertenceram à anterior Direcção ou ao anterior Conselho Nacional. Nestas condições a não apresentação do relatório antes das eleições não inviabiliza por completo a sua elaboração. Este é, no entanto, apenas o relatório possível.

A empresa de contabilidade que tem acompanhado o SNESup elaborou, como de costume, as contas e a respectiva apresentação técnica, que constituem a parte II do presente Relatório e Contas. Tendo em conta as reservas formuladas pelo Conselho Nacional ao relatório de 1999, considerou-se necessário quantificar os créditos sobre associados, resultantes, quer de quotas não pagas, quer de reembolsos de despesas com seguro de saúde não satisfeitos.

Há que notar que, em matéria de despesas, o sistema de controlo interno apresentava, durante o ano de 2000, diversas deficiências, designadamente a não identificação, na maioria dos casos, de quem se responsabilizou pela sua autorização.

II – VISÃO DE CONJUNTO

O ano de 2000, pese embora alguma turbulência interna dentro da Direcção em funções, e um relacionamento institucional sem sempre fácil desta com o Conselho Nacional, foi um ano estreitamente rico em termos sindicais.

Em primeiro lugar, é de destacar uma assinalável revitalização da comunicação interna e da participação sindicais, materializada na realização de Encontros, na criação da *mailing list* Infodebate,

Em segundo lugar, assistiu-se à formulação de novas propostas reivindicativas, num esforço de reflexão que se não tinha lugar desde a construção do Contrato para o Futuro.

Em terceiro lugar, procurou-se divulgar a imagem e as propostas do SNESup com recurso a assessoria especializada, segundo uma estratégia assente na comunicação institucional, assegurando paralelamente um esforço sistemático de captação de novos sindicalizados, conforme o programa da Direcção eleita em 1999..

Haverá ainda que salientar o intenso debate sobre o relacionamento com outras associações sindicais e o papel dos serviços na consolidação do SNESup.

III – REVITALIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO INTERNA E DA PARTICIPAÇÃO

O arranque do esforço de revitalização da comunicação interna e da participação sindicais teve lugar, cronologicamente, no Conselho Nacional de 23 de Outubro de 1999.

A partir desta data decorreu um ciclo de três Encontros, decisivos na construção da estratégia reivindicativa que, em 2002, orienta ainda a intervenção do Sindicato, e que incluiu

- o Encontro sobre Novos Conteúdos da Acção Reivindicativa no Ensino Superior Público, decidido pelo Conselho Nacional de 23 de Outubro, com uma Comissão Organizadora integrada por elementos da Direcção e do Conselho Nacional, o qual que teve lugar ainda em Dezembro de 1999, em Lisboa;
- O Encontro sobre Ensino Superior Particular e Cooperativo, realizado em Maio de 2000, em Lisboa, inicialmente projectado como secção do Encontro anteriormente referido, e que foi orientado por uma Comissão Organizadora designada pela Comissão de Trabalho para o Ensino Superior Particular e Cooperativo.
- o Encontro sobre Investigação Científica, que teve lugar em Dezembro de 2000, em Lisboa, decidido pelo Conselho Nacional de 8 de Julho, e que foi orientado por uma Comissão Organizadora integrada por membros da Direcção e do Conselho Nacional.

É de registar ainda, em Novembro de 2000, a realização no ISMAI de uma reunião de docentes do Ensino Superior Particular e Cooperativo do Norte.

No início de 2000 arrancou uma *mailing list*, designada por Infodebate, que cedo atingiu a centena de subscritores, número que se foi mantendo estável. A participação nos debates foi extremamente variável ao longo do ano, tendo sido particularmente importante a realizada cerca do Natal em torno do Estatuto da Carreira Docente Universitária, e, do ponto de vista da democracia sindical, os protestos contra os cenários, posteriormente concretizados, de cancelamento de subscritores por emissão de opiniões.

A própria realização de Conselhos Nacionais funcionou como espaço de comunicação interna. Realizou-se assim um Conselho Nacional em 18 de Março de 2000, que aprovou propostas reivindicativas construídas a partir de reflexão iniciada no Encontro de Dezembro de 1999 e um novo Conselho Nacional em 8 de Julho de 2000, que iniciou a discussão sobre a categoria de Professor Titular. Neste Conselho participaram já representantes eleitos nas eleições especiais realizadas em Junho. Fora destas eleições especiais foram ainda eleitos representantes na Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Castelo Branco e na Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo. Os representantes da Escola Superior de Saúde do Alcoitão demitiram-se em conflito com o Presidente da Direcção.

IV – NOVAS PROPOSTAS REIVINDICATIVAS

A estratégia reivindicativa adoptada pelo SNESup em matéria não salarial assentou nas seguintes linhas de força:

- não propositura de qualquer revisão global do ECDU;
- propositura, sob forma de articulado, de extensas alterações – medidas mais urgentes - ao ECPDESP;
- formulação de uma proposta, sob forma de articulado, de novo sistema de quadros de professores (quadros de dotação global com quotas externas) do ensino superior universitário, extensiva ao ensino superior politécnico;
- formulação de uma proposta sobre vínculos e mobilidade abrangendo ambos os subsistemas, sem no entanto se pronunciar sobre a circulação de docentes entre ambos.

No essencial, visava-se desbloquear situações de dificuldade criadas por incumprimentos (revisão bienal dos quadros) ou alterações (fim da colocação na função pública) do ECDU e evitar a revisão global deste, preservando o seu núcleo de garantias e alargando-o ao ECPDESP. Essa estratégia é ainda em 2002 a prosseguida pelo SNESup.

Foi também aprovada em Conselho Nacional uma proposta salarial para a legislatura, mais ambiciosa que o reajustamento de 5 % decorrente do Acordo Sindicatos – ME de 1996. Só em Novembro, de forma autónoma e através de publicidade paga, o SNESup começou a exigir publicamente a aplicação do Acordo, no que aliás precedeu as outras organizações sindicais.

Também

- foi defendida em relação aos Leitores a reposição da equiparação salarial aos Assistentes, posta em causa pelo Decreto-Lei nº 373/99, de 18 de Setembro, tendo sido decidido pedir a abertura de processo negocial;

- foi veiculada junto do ME as posições dos Encarregados de Trabalhos quanto à integração nas carreiras técnica superior e técnica da função pública, e propostas medidas de integração nos quadros e de definição de novos índices remuneratórios;
- foi defendida a aplicação da Lei Geral do Trabalho ao ensino superior particular e cooperativo e denunciada a posição da entidade titular do ISSS de Lisboa que enquadrou os seus docentes em “contratos de docência”.

No plano da intervenção no enquadramento institucional para além de tanto a Direcção como o Conselho Nacional terem tomado posição no debate da Lei de Organização e Ordenamento do Ensino Superior, o SNESup,

- continuou a participar na Comissão de Reestruturação do Ensino Náutico e a pugnar pela aplicação à Escola Náutica Infante Dom Henrique da Lei de Autonomia e Estatuto do Politécnico;
- criticou a proposta da Secretaria de Estado do Ensino Superior sobre criação dos Institutos Politécnicos de Saúde.

Na sequência do Encontro de Dezembro de 1999, que incidia sobre Novos Conteúdos da Acção Reivindicativa o SNESup lançou propostas sobre subsídio de desemprego, e medidas fiscais bem como procurou lançar a discussão sobre temas de segurança social e higiene e segurança de trabalho. Sobre este último aspecto foi constituído um *dossier* de textos. Estas iniciativas não tiveram, no entanto, continuidade para além da sua inclusão na ronda de contactos institucionais realizada em Janeiro e Fevereiro do ano seguinte.

V – COMUNICAÇÃO EXTERNA E ESFORÇO DE SINDICALIZAÇÃO

O Conselho Nacional do SNESup decidiu em 23 de Outubro de 1999 projectar a imagem do Sindicato através de uma ronda de contactos institucionais que incluíssem a realização de reuniões com o Ministro da Educação e Secretario de Estado do Ensino Superior e com os Grupos Parlamentares do PS, PSD, PCP, PP e BE. Não foi pedida, apesar da orientação do Conselho nesse sentido, reunião com o Ministro da Ciência e Tecnologia. Realizaram-se também outros contactos com departamentos governamentais.

Algumas das iniciativas e posições do SNESup vieram a ser publicitadas pela comunicação social depois da contratação de uma empresa de assessoria de imagem. A excepção foi o Encontro sobre Investigação Científica, apesar de ter sido o mais participado dos três Encontros supra referidos, em relação ao qual não foi facultado à Comissão Organizadora o apoio da assessoria de imagem. O Encontro passou aliás praticamente despercebido na própria imprensa do SNESup.

Fruto da maior presença na comunicação social, da preocupação em divulgar as propostas reivindicativas do SNESup através de um caderno próprio, e da difusão insistente de fichas de sindicalização, conseguiu-se um aumento do número de sindicalizados de 218, contra um número de dessindicalizações de 19 e de um aumento no número de associados com cessação de pagamento de quotas por motivos desconhecidos de 17.

As eleições especiais para o Conselho Nacional de Junho vieram, elas próprias, a induzir aumentos de sindicalização nas novas Secções Sindicais representadas no Conselho.

VI – CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO SNESUP

O secretariado da Direcção e o apoio jurídico foram de algum modo a face visível do Sindicato para a maioria dos sócios que o contactaram durante 2000, o que aliás tende a acontecer em situações em que o número de dirigentes disponíveis ou o seu tempo de permanência na sede são reduzidos. É de salientar a grande qualidade humana e capacidade de relacionamento destes colaboradores do SNESup.

A grande procura do apoio jurídico não se traduziu, por via de regra, na publicação dos pareceres produzidos, o que constitui uma lacuna importante.

VII – RELACIONAMENTO COM OUTRAS ASSOCIAÇÕES SINDICAIS

O ano de 2000 foi marcado por um algum debate interno sobre o relacionamento com a FENPROF no quadro da PRC. Consensualizado em Maio um protocolo que não chegou a ser assinado, seria enviada um mês depois uma carta conjunta à Secretaria de Estado do Ensino Superior. Até ao fim do ano não se registaram quaisquer outras actividades conjuntas das organizações integrantes da PRC.

Registe-se a cooperação com o SPGL e o SEMM (Sindicato dos Engenheiros da Marinha Mercante) quanto à Escola Náutica, a cooperação com a FENPROF em matéria de inversões salariais, e contactos com o Sindicato de Quadros e Técnicos Bancários, que conduziram a troca de correspondência sobre os mecanismos de mediação e arbitragem previstos na lei da contratação colectiva.

Em 4 de Janeiro de 2002